

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.601 - SP (2019/0344121-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : GUSTAVO CAPELLARI (PRESO)
ADVOGADOS : ERIVELTO DINIZ CORVINO - SP229802
RENAN HENRIQUE DA SILVA OLIVEIRA - SP421765
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, interposto por GUSTAVO CAPELLARI, em face do v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante e, posteriormente, teve sua prisão convertida em preventiva, pela prática, **em tese**, do delito de furto qualificado.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da decisão que decretou a prisão preventiva do ora recorrente. O eg. Tribunal de origem, à unanimidade, denegou a ordem, nos termos do v. acórdão de fls. 285-290, sem ementa no original.

Daí o presente recurso ordinário, no qual alega o recorrente que estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação idônea da decisão que determinou sua segregação cautelar. Pondera, neste sentido, que a prisão cautelar foi decretada pela gravidade em abstrato da conduta supostamente praticada, bem como que possuiria condições pessoais favoráveis.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo **desprovimento do recurso**, nos termos do parecer de fls. 330-331, também não ementado.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o art. 932, III, do Código de Processo Civil, aplicável por força do art. 3º do Código de Processo Penal, estabelece como incumbência do Relator *"não conhecer do recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida."*

Na mesma linha, o Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, em seu art. 34, inciso XVIII, alínea **a**, dispõe que **o relator pode decidir monocraticamente** para *"não conhecer do recurso ou pedido inadmissível, prejudicado ou daquele que não tiver impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida"*.

Passo ao exame das razões veiculadas no presente recurso.

Pretende o recorrente, **em síntese**, a revogação de sua prisão preventiva, ante a alegada ausência de fundamentação do decreto prisional primevo.

O recurso não comporta conhecimento.

Isso porque, do exame do v. acórdão reprochado, tem-se que o **writ** originário não foi conhecido, **no ponto**, haja vista se tratar de mera reiteração de pedido já analisado pelo eg. Tribunal de origem em outro **habeas corpus** naquela Corte impetrado, consoante o seguinte excerto do v. acórdão objurgado:

"A questão da imprescindibilidade da prisão preventiva do paciente já foi afirmada por esta C. Câmara Criminal no julgamento do habeas corpus nº. 0005539-83.2019.8.26.0000, em 28 de fevereiro de 2019.

Por se tratar de reiteração de pedido, ao conhecimento da impetração há intransponível obstáculo." (fl. 288, grifei).

Portanto, a matéria ora suscitada - ausência de fundamentação da r. decisão que decretou a prisão preventiva do recorrente - sequer fora analisada pelo o eg. Tribunal **a quo**, nos autos do HC n. 2168020-56.2019.8.26.0000, objeto do presente recurso, de maneira que sua análise diretamente por esta Corte fica impossibilitada, sob pena de **indevida supressão de instância**.

Nesse sentido:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES. NEGATIVA DE AUTORIA E INEXISTÊNCIA DE PROVA DE MATERIALIDADE. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. VIA ELEITA INADEQUADA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. PERICULOSIDADE DOS AGENTES. ANTECEDENTES. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. NULIDADE DO FLAGRANTE. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. QUESTÕES NÃO ANALISADAS PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

1. A análise da tese relativa à negativa de autoria e à ausência de prova de materialidade demanda o exame aprofundado de todo conjunto probatório como forma de desconstituir as conclusões das instâncias ordinárias, soberanas na análise dos fatos, providência inviável de ser realizada dentro dos estreitos limites do habeas corpus, que não admite dilação probatória.

[...]

5. A alegada nulidade da prisão em flagrante, em razão da não realização da audiência de custódia no prazo legal, bem como quanto à demora injustificada na instrução processual não foram objeto de exame pela Corte de origem, no acórdão recorrido, o que obsta a sua análise no presente recurso, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância.

6. Recurso parcialmente conhecido e, na extensão, desprovido." (RHC 101.839/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, DJe 08/03/2019, grifei).

"HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO SUFICIENTE. EXCESSO DE PRAZO PARA ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas - e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos do art. 282, I e II, c/c o art. 312, ambos do Código de Processo

Penal.

2. A decisão que decretou a custódia preventiva evidenciou o fundado risco de reiteração delitiva, ante os indícios de o acusado ser um dos integrantes de organização criminosa voltada à prática de diversos crimes contra o patrimônio (roubo de cargas), bem como o *modus operandi* empregado nas ações delituosas.

3. Diante da gravidade da conduta perpetrada e do risco de reiteração delitiva, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

4. **A matéria relativa ao excesso de prazo não foi efetivamente analisada pelo Tribunal de Justiça estadual, o que não autoriza a inauguração, neste ponto, da competência do Superior Tribunal de Justiça. Não pode esta Corte Superior, portanto, conhecer diretamente da matéria, sob pena de inadmissível supressão de instância.**

5. O exame da suposta ausência de indícios suficientes da autoria delitiva demandaria ampla dilação probatória, incompatível com a via estreita do *habeas corpus*. Portanto, não conheço do pedido.

6. **Ordem denegada.**" (HC 462.815/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe 11/03/2019, grifei).

"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. HOMICÍDIO QUALIFICADO. MOTIVO TORPE. EMPREGO DE VENENO. CONTRA MENOR DE 14 ANOS. PRISÃO PREVENTIVA. FRAGILIDADE DE PROVAS. MATÉRIA NÃO APRECIADA NO ACÓRDÃO COMBATIDO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONSTRIÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. COMPROMETIMENTO DAS PROVAS. CUSTÓDIA FUNDAMENTADA E NECESSÁRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO EVIDENCIADA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir o manejo do *habeas corpus* originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que foi aqui adotado, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício.

2. Inviável a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça, da aventada fragilidade de provas, sob pena de incidir-se em indevida supressão de instância, tendo em vista

que tal matéria não foi analisada no aresto combatido.

[...]

6. *Habeas corpus não conhecido*" (HC n. 455.036/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 19/12/2018, grifei).

"HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. ESTELIONATO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA QUE APLICA REGIME ABERTO. PREJUDICIALIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 52 DO STJ. PLEITO DE INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. TESE DE NULIDADE POR DEFICIÊNCIA TÉCNICA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. HABEAS CORPUS CONHECIDO EM PARTE, E NESSA EXTENSÃO, DENEGADO.

1. A superveniente prolação de sentença prejudica a análise da tese de eventual excesso de prazo para a formação da culpa (Súmula n.º 52/STJ), assim como o pedido de revogação da preventiva, tendo em vista que o Paciente foi condenado a cumprir pena em regime aberto.

[...]

5. *Sob pena de indevida supressão de instância, não se pode examinar o pedido de incidência do princípio da insignificância na hipótese.*

6. *Habeas corpus conhecido em parte e, nessa extensão, denegado.*" (HC 439.708/CE, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Laurita Vaz**, DJe 08/03/2019, grifei).

Ante o exposto, com fulcro no artigo 34, inciso XVIII, alínea **a**, do RISTJ, **não conheço do presente recurso ordinário.**

P. e I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator